




Os irmãos Wesley  
e Joesley Batista  
põem Temer com  
as costas na parede...

# TEMER NA UTI

O ESCÂNDALO  
DA DELAÇÃO  
DA JBS PROVOCA  
UM CORO  
PELA SAÍDA  
DO ILEGÍTIMO,  
DISPARA NAS  
RUAS O GRITO  
POR NOVAS  
ELEIÇÕES E JOGA  
O PIB NO LIMBO

por ANDRÉ BARROCAL





... mas ele não renuncia  
para salvar a pele  
e negociar sua saída

**M**ichel Temer, o cidadão que acaba de promover um ato com seus ministros para comemorar um ano da chegada da patota ao poder, um desvario a confundir o trauma político de um *impeachment* com fatos dignos de festejos, parece com os dias contados no Palácio do Planalto. O vazamento do teor de um áudio de uma conversa tida por ele com o comandante de uma empresa das suas íntimas relações, Joesley Batista, do Grupo JBS, mostra o peemedebista a reforçar um aparente plano de obstrução da Justiça. Um milionário cala-boca antidelação no corrupto condenado Eduardo Cunha, patrono da deposição de Dilma Rousseff,

velho parceiro de Temer hoje em cana no Paraná. A tentativa de obstruir a Justiça levou à degola de um mandatário na terra do Tio Sam nos anos 1970, Richard Nixon, que renunciou à Casa Branca no embalo do escândalo de Watergate. E aqui?

Graças ao áudio, Temer tornou-se oficialmente um investigado, com autorização do Supremo Tribunal Federal (STF). Uma penca de aliados pressiona por sua renúncia, na esperança de que uma solução rápida permita seguir adiante com a radical agenda econômica do governo, de reformas trabalhista e da Previdência. A oposição em peso apresentou um pedido de *impeachment* no Congresso. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) quer a divulgação completa das conversas gravadas pelos herdeiros da JBS, mantidas sob sigilo até a conclusão desta reportagem, na quinta-feira 18, e considera que,

se o noticiário reproduz fatos verdadeiros, “o presidente perde as condições para continuar” no cargo. Vladimir Aras, um dos homens fortes da Procuradoria-Geral da República, órgão que investigará o peemedebista, comentou no Twitter que, “diante de uma denúncia tão grave, a solução adequada em qualquer lugar do mundo seria a renúncia”.

“Não renunciarei. Repito, não renunciarei”, afirmou Temer em um pronunciamento na quinta-feira 18. Dissera algo parecido horas antes a aliados a portas fechadas no Planalto: “Estou firme, não vou cair”. Uma postura natural por parte daquele que é o produto final da conspiração político-econômica patrocinadora do *impeachment* de Dilma. Se largar a faixa presidencial, se arriscará a fazer companhia a Eduardo Cunha no xilindró. Se a mantiver, terá condições de negociar a salvação

ZANONE FRAISSAT/FOLHAPRESS E LULA MARQUES/AGPT



da própria pele. Sua moeda de troca? A recessão econômica. Se o PIB afundar mais um pouco, devido à dramática crise política, Temer não tem nada com isso nem estará ao alcance de punição nas urnas, por não ter mais ambições eleitorais. Já para seus apoiadores no poder econômico importa, e muito. E se tentarem tirá-lo na marra do cargo, através de *impeachment* ou cassação na Justiça Eleitoral? Não faz mal, são processos que levam tempo para se concluírem, tempo suficiente para ele negociar.

**N**as ruas, a comprometedor a gravação da JBS estimulou manifestações em São Paulo e Brasília, a defenderem nova eleição presidencial. O MBL, grupo de direita que apoiou o *impeachment* e apoia a agenda econômica radical de Temer, também quer a saída dele, rara sintonia com a turma progressista. Centrais sindicais, sem-terra e sem-teto fariam protestos no domingo 21 e exigir a saída do mandatário, e na quarta-feira 24 protestariam em Brasília contra as reformas impopulares. A CCJ, comissão da Câmara por onde passam todos os projetos antes de ir ao plenário, programou vo-

tar na terça-feira 23 a proposta de antecipar a eleição de 2018. Uma antecipação discutida hoje na Itália, onde a escolha de um novo governo está marcada para fevereiro de 2018, mas pode acontecer no segundo semestre de 2017, devido à crise econômica, ao desemprego e à insatisfação popular.

Entre partidários de Temer, o chão sumiu, todos reconhecem a situação delicadíssima do presidente. No DEM, o líder do partido no Senado, Ronaldo Caiado, de Goiás, aspirante ao cargo de Temer como candidato do ultraconservadorismo, defendeu novas eleições. O líder na Câmara, Efraim Filho, apelava para a crise política não atrapalhar a votação das reformas, mas sem convicção. Roberto Freire, presidente do PPS, embarcou na tese de novas eleições e demitiu-se do Ministério da Cultura. No PSDB, ninho de um rebuliço a engolfar Aécio Neves, como se verá adiante, está tudo pronto para os ministros do partido seguirem o exemplo de Freire, faltava apenas as gravações da JBS virem a público oficialmente. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, aparentemente cansado da “pinguela” Temer, cutucou o peemedebista pelo Facebook: “Os implicados terão o dever moral de facilitar a solução, ainda que com

gestos de renúncia. O País tem pressa”.

No “mercado”, reduto de fãs do neoliberalismo radical de Temer, uma consultoria tradicional, a LCA, distribuiu a clientes, logo após o vendaval em Brasília, uma análise a apontar que “o governo, muito provavelmente, morreu”. O mundo das finanças teve um dia de caos na quinta-feira 18, o primeiro após a notícia das gravações comprometedoras para Temer. A Bolsa abriu em queda de 10%, breiou os negócios por meia hora e fechou o dia em baixa de 8,8%, o pior desempenho em nove anos. O dólar terminou em 3,39 reais no oficial, alta de 8,19%, a quinta maior desde 2003. No paralelo, 3,88 reais. A taxa futura de juros disparou feito foguete.

Se Michel Temer deixar o poder, não importa se por renúncia, *impeachment* ou cassação na Justiça Eleitoral, ficará a incógnita. Quem comandará o País até a próxima eleição, seja esta antecipada para 2017 ou só em 2018? O primeiro da fila é o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, do DEM. Problema: o “Botafogo” da lista de alcunhas da Odebrecht é investigado na Operação Lava Jato por corrupção. Do ponto de vista legal, ele até poderia assumir, pois ainda não é réu, mas com a credibilidade na lona. O segundo na fila

## OS INCERTOS AMIGOS DO PRESIDENTE FICTÍCIO



Com Eduardo Cunha em outros tempos

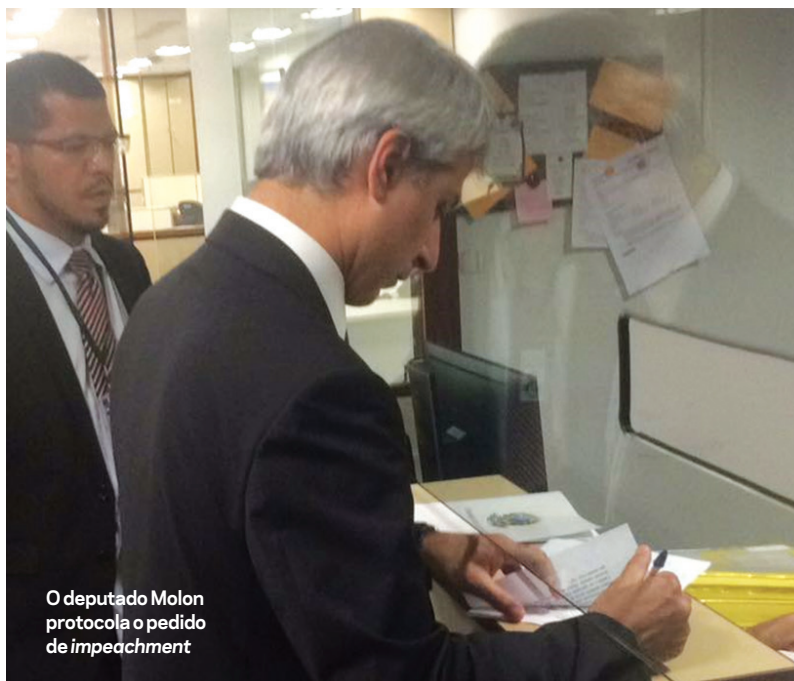


Com o patriarca da família Batista em maio de 2013



é o chefe do Senado, Eunício Oliveira, do PMDB. O “Índio” da Odebrecht cai na mesma situação de Maia. É alvo de apurações. Com um agravante: seu péssimo estado de saúde. No fim de abril, desmaiou e foi parar na UTI. No Senado, há quem diga que seu quadro é pior do que ele admite em público.

Não será surpresa se, graças à eleição indireta prevista pela Constituição, a faixa cair no colo da presidente do STF, Cármen Lúcia. A mineira tem cultivado relações com a Rede Globo, fruto de um pavor da mídia, conforme admitem assessores dela. No fim do ano passado, emanavam comentários do Planalto a estranhar os passos de Cármen, indicativos, segundo esses comentários, de uma aspirante ao poder. Mais: de uma aspirante dos sonhos da Globo, a simbolizar o triunfo da



O deputado Molon  
protocola o pedido  
de impeachment

## ESPANTO: O MINISTRO ROBERTO FREIRE, PRESIDENTE DO PPS, DEMITE-SE DA PASTA DA CULTURA E EMBARCA NAS DIRETAS JÁ

“toga” na vida nacional. E se “Botafogo”, “Índio” ou Cármen Lúcia assumirem, será para tocar o barco até uma eleição direta ou para promover uma eleição indireta no Congresso, o mesmo que foi desmoralizado pela delação da Odebrecht e tentase conceder uma autoanistia de calotes tributários enquanto vota reformas impopulares? Temer, diz o deputado Alessandro Molon, da Rede, um dos articuladores do pedido de *impeachment*, quer “ganhar tempo para conduzir uma eleição indireta que eleja seu escolhido”. Um escolhido, presume-se, comprometido em salvar Temer. Como? Por exemplo, indicar um dócil

procurador-geral da República para suceder a Rodrigo Janot, cujo mandato termina em setembro.

Sucessores à parte, a permanência de Temer à frente da nação é acintosa. Uma autoridade proeminente no Ministério Público Federal não se conteve nos últimos dias e comentou: “Ele é o *capo*, não o Lula”. Dois exemplos do *capo* em ação: em 2010, o escritório político de Temer em São Paulo abrigou uma reunião em que o peemedebista teria abençoado, ao lado de Cunha, um

trambique de 40 milhões de dólares nascido de um contrato fraudulento firmado pela Odebrecht com a Petrobras, história contada por dois delatores da empreiteira. Uma planilha entregue por eles mostra que o pagamento de propina começou seis dias depois da bênção de Temer. Em 2014, segundo outro delator da Odebrecht, Temer organizou no Palácio do Jaburu, sua residência desde 2011, um jantar de achaque da Odebrecht para financiar candidatos do PMDB, entre eles Paulo Skaf, que disputaria o governo paulista. Um amigo do presidente, José Yunes, confessou ter sido a “mula” recebedora de parte dos 10 milhões arrecadados por Temer no jantar. Yunes foi, aliás, assessor especial de Temer no Planalto até o episódio vir à tona, em dezembro.

As duas histórias são anteriores à chegada de Temer à Presidência, daí Janot poupar o peemedebista nos inquéritos solicitados ao Supremo para averiguar as traímoias. A Constituição, diz o “xerife”, proíbe investigar o presidente por atos praticados antes do mandato, embora haja quem tenha interpretação distinta, a entender que a proibição seria apenas para



Com o inquisidor  
da Lava-jato

REPRODUÇÃO DO FACEBOOK, EVARISTO SA/AFPE WESLEY COSTA/O HOJE



denunciar à Justiça, não para apurar. O caso Temer-JBS é diferente. Diz respeito a atos praticados por ele no cargo de presidente. Por isso, agora, Janot pediu a investigação, e o juiz da Operação Lava Jato no STF, Edson Fachin, deu sinal verde.

O caso Temer-JBS começou a ser contado no início da noite da quarta-feira 17, no site do jornal *O Globo*. Os irmãos Joesley e Wesley Batista, principais dirigentes do Grupo JBS, e outros cinco executivos da empresa fecharam uma delação premiada com a Procuradoria em abril e foram a Fachin no início de maio para confirmar tudo, etapa pré-homologação. Durante as negociações com a Procuradoria, os irmãos toparam providenciar provas contra figurões e foi desse compromisso que surgiram gravações matadoras para Michel Temer e Aécio Neves.

No dia 7 de março, Temer recebeu Joesley no Jaburu. Na conversa, o empresário contou que pagara 5 milhões de reais a Eduardo Cunha, preso em Curitiba desde outubro de 2016, e ao doleiro Lúcio Funaro, encarcerado em Brasília desde julho de 2016, para a dupla ficar calada e não incriminar a JBS. Joesley tinha um gravador oculto consigo e pegou o comentário de Temer a respeito do cala-boca: “Tem que manter isso, viu?” Comprar o silêncio de potencial delator foi o que levou à prisão do ex-senador petista Delcídio do Amaral, em novembro de 2015. O presidente admitiu ter tido a conversa com Joesley, mas negou o comentário sobre endossar o cala-boca. E, a exemplo da OAB, também requereu ao STF a liberação das gravações e da delação, para poder se defender.

Temer, JBS e Cunha têm ligações suficientes para se crer na verossimilhança da situação descrita e gravada por Joesley. José Batista Júnior, ou Júnior Friboi, irmão dos delatores, filiou-se ao PMDB de Goiás em 2013 por articulação de Temer e com a presença deste na festa. No governo Dilma, o PMDB tomou



Fachin deu sinal verde para a investigação do caso Temer-JBS

**SEGUNDO KÁTIA ABREU, O SECRETÁRIO DA DEFESA AGROPECUÁRIA FOI INDICADO POR CUNHA PARA AGIR A FAVOR DA JBS**



Lúcio Funaro, doleiro do coração de Cunha

conta do Ministério da Agricultura, com ocupação total de cargos, graças à pressão de Temer. Entre 2013 e 2014, o chefe da Secretaria de Defesa Agropecuária do ministério foi um indicado de Cunha, Rodrigo Figueiredo. Segundo a senadora Kátia Abreu, do PMDB, também ministra da Agricultura, Figueiredo foi colocado no cargo por Cunha em conluio com a JBS, para tomar decisões favoráveis à empresa na área de exportações. Retribuição: grana. O cargo, disse ela, era uma mina de dinheiro, já que a exportação de carne movimentava bilhões. O ministro da Fazenda de Temer, Henrique Meirelles, comandou o Conselho de Administração da *holding* controladora da JBS, a J&F, de 2012 até deixar o posto para ir trabalhar no governo, em maio de 2016.

A demais, Temer tinha interesse no silêncio de Cunha, do mesmo modo que a JBS. Quando foi cassado, o ex-deputado passou a distribuir ameaças de contar tudo sobre o *impeachment*, um recado a Temer, o velho parceiro. No processo em que foi condenado por corrupção a 15 anos de prisão, Cunha arrolara o presidente como testemunha e preparara 41 perguntas a ele. Uma delas dizia respeito exatamente à trambicagem de 40 milhões de dólares selada no escritório de Temer em 2010. A questão foi vetada no envio do questionário ao presidente por ordem do juiz do caso, Sergio Moro. Será que o juiz se arrepende do veto? Ou de ter posado para fotos a apertar as mãos de Temer na festa do Dia do Exército, em abril? Fotos à parte, o presidente disse em nota que “jamais” solicitou “pagamentos para obter o silêncio do ex-deputado Eduardo Cunha”.

Os herdeiros da JBS estavam encenados com a Justiça desde meados do ano passado. Em julho de 2016, a empresa foi devassada pela Polícia Federal em um desdobramento da Lava Jato, a Operação Sépsis, uma apuração sobre pagamento de propina na liberação de empréstimos da Caixa Econômica Federal. A investigação

FELIPE SAMPAIO/STF, NELSON ALMEIDA/AFP, JORGE WILLIAM /AG. O GLOBO E HÉLVIO ROMERO/ESTADÃO CONTEÚDO





Noite de 18 de maio  
na Avenida Paulista,  
em São Paulo

nascera da delação de Fábio Cleto, um ex-dirigente do banco, nomeado para o cargo no governo Dilma por indicação de Cunha. Cleto havia confessado agir em conluio com o padrinho. Para autorizar financiamentos, cobrava dinheiro que iria para o bolso do peemedebista. Um desses conchavos teria beneficiado a JBS, um empréstimo destinado a erguer uma fábrica de celulose em Mato Grosso do Sul, a Eldorado Brasil. O doleiro do coração de Cunha, Lúcio Funaro, foi preso na Sépsis e está até hoje encarcerado no Presídio da Papuda, em Brasília, à espera de julgamento em uma ação penal por corrupção.

A JBS voltou a ficar encrencada em setembro, na Operação Greenfield, levada adiante pela PF com foco em fundos de pensão. Suspeitava-se que quatro fundos estatais (dos funcionários da Caixa, dos Correios, do Banco do Brasil e da Petrobras) tenham feito maus negócios e tido prejuízo apenas para ajudar certas empresas. Entre estas, a JBS. A Eldorado foi vasculhada, enquanto os irmãos Batista eram afastados do comando da JBS e viam o bloqueio dos bens da empresa. Dias depois, a dupla fez um acordo com os investigadores. Eles depositariam em juízo 1,5 bilhão de reais e topavam ficar à disposição para esclarecimentos, senão para “delação”, e em troca poderiam

voltar ao comando da empresa. O acordo acabou anulado e Joesley foi afastado de novo do grupo, no fim de março, por ordem do juiz federal Vallisney de Oliveira, da 10ª Vara de Brasília.

Uma delação da empresa não poderia ser menos explosiva. Na eleição de 2014, a JBS converteu-se no maior mecenas da política nacional. Doou 365 milhões a candidatos de partidos variados, quase a mesma quantia gasta pelas campanhas de Dilma e Aécio. Uma verdadeira “tentativa de compra do Parlamento”, comentou à época o

então presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Dias Toffoli. Enquanto atuou a serviço da Procuradoria já com vistas à delação, Joesley juntou outras gravações que, se reais, são igualmente arrasadoras para Temer. Em uma delas, o presidente lhe teria adiantado uma decisão do Banco Central sobre juros tomada em abril, uma encrenca para Temer, por ser repasse de informação privilegiada. Em nota, o BC negou que suas decisões sobre juros sejam conhecidas previamente por alguém. A propósito



Aécio Neves acompanha a gravação da Globo. Logo deixaria o Senado. Na manhã do dia 18 a irmã Andrea foi presa. Pasmem: um colunista de O Globo, imortal da Academia de Letras, passa a definir o opositor de Dilma Rousseff em 2014 como um “gangster”





de Temer, JBS e economia: Meirelles, o ministro da Fazenda, comandou por quatro anos o Conselho de Administração da J&F e não viu nada de propina, caixa 2? Em delação, a JBS teria confessado pagar propina a políticos há dez anos.

**O**utra gravação mostraria Joesley a pedir a Temer ajuda para resolver um problema no governo, e o presidente a responder que o assunto deveria ser tratado com o deputado Rodrigo Rocha Loures, do PMDB do Paraná. A JBS queria, por exemplo, derrotar a Petrobras no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em uma disputa sobre preço pago pelo gás vendido pela estatal. Joesley tratou do assunto com Loures, conforme sugestão de Temer, e na conversa, também gravada, teria oferecido propina de 5%, proposta aceita por Loures. Este teria acionado o presidente interino do Cade, Gilvandro Araújo, para tratar do assunto. Loures foi filmado pela PF a receber uma mala com 500 mil reais em dinheiro vivo enviada por Joesley por meio de um emissário, no que seria um dos pagamentos combinados pela ajuda no Cade.

Loures não é um personagem qualquer. Foi assessor especial de Temer na Vice-Presidência a partir de 2011 e depois na Presidência, função abandonada em março deste ano para assumir uma vaga de deputado no lugar do peemedebista Osmar Serraglio, quando este se tornou ministro da Justiça. Loures e Serraglio misturaram-se com JBS e Temer na Operação Carne Fraca, deflagrada pela PF menos de duas semanas após a posse do ministro. Em um grampo telefônico, Serraglio aparece na linha com o líder do esquema de cobrança de propinas, o fiscal agropecuário Daniel Gonçalves Filho, denunciado à Justiça por uma penca de crimes. Em outro grampo, o citado é Loures. Em



**OBSERVEM  
O ABRAÇO:  
O INDICADO POR  
TEMER PARA  
RESOLVER  
PROBLEMAS DA JBS,  
O DEPUTADO  
LOURES ESTÁ EM  
NOVA YORK COM  
JOÃO DORIA**

19 de maio de 2016, uma semana após a posse de Temer, Flávio Cassou, funcionário da JBS também pego na Carne Fraca, conversou com outro fiscal agropecuário, Renato Menon, e comentou: “O Rocha Loures é esquema do Daniel, né?” “Que é o braço direito lá do Michel Temer, né?”, respondeu Menon. “Isso... É isso... Exatamente”, completou Cassou.

Loures estava em Nova York, a participar de um evento promovido pelo prefeito de São Paulo, João Dória Júnior, do PSDB, quando surgiu a notícia da delação da JBS. No dia seguinte, foi afastado do mandato por ordem do juiz Fachin e teve seu gabinete de deputado devassado por policiais federais. Destino idêntico ao de Aécio Neves. Por ordem de Fachin, o tucano não exerce mais o mandato de senador e seu gabinete em Brasília foi vasculhado. Mais: endereços ligados a ele em Minas e no Rio sofreram busca e apreensão por parte da PF, e sua irmã e um primo acabaram presos.

ENTREVISTA: PEDRO SERRANO

## NUNCA CONVÉM DESRESPEITAR A CONSTITUIÇÃO

Eleições indiretas não garantiriam estabilidade política ao País, avaliam movimentos sociais e partidos de esquerda. A antecipação de eleições diretas representa, porém, mais uma saída à margem da Constituição, pondera o advogado Pedro Estevam Serrano, professor de Direito Constitucional da PUC de São Paulo e colunista do site de CartaCapital. Na entrevista a seguir, o especialista fala sobre os caminhos da sucessão de Temer, em caso de impe-

achment ou de renúncia.

**CartaCapital:** Com a vacância do poder, o que diz a Constituição?

**Pedro Serrano:** Pelo texto constitucional, assume o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e ele terá de convocar eleições indiretas para presidente da República em 30 dias, seja qual for o motivo da vacância do poder, renúncia ou impeachment.

**CC:** A situação é um tanto complexa, pois o presidente da Câmara também está envolvido no escândalo da Lava Jato...

**PS:** Sim, mas essa expressão, “está envolvido”, é um tanto perigosa, não diz muita coisa em termos jurídicos. O fato de um indivíduo estar sendo investigado não significa nada.

Temos um número enorme de inquéritos em andamento no País, quase um para cada cidadão. Mesmo se processado, até ser condenado em segundo grau, um réu não pode ser impedido de exercer seus direitos políticos. É o que a Lei da Ficha Limpa prevê. Portanto, não há motivo para Maia não assumir a



Sergio Moro não deve gostar de recordar este momento

Aécio só escapou da cadeia por que Fachin não aceitou o pedido de Janot de encarcerar o mineiro. Mas não de abrir mão da presidência do PSDB, uma derrota no próprio quintal.

Triste sina a do tucano birrento que não aceitou a derrota na eleição presidencial de 2014, quis cassar na Justiça Eleitoral a chapa vencedora para assumir o poder na condição de segundo colocado

nas urnas, embalou a Lava Jato para infernizar os petistas, e se aliou a Eduardo Cunha para derrubar Dilma Rousseff. Bem que o ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado havia dito em conversas com senadores do PMDB gravadas clandestinamente com as de Joesley Batista: “O primeiro a ser comido vai ser o Aécio”.

O tucano era o campeão de inquéritos abertos em decorrência das delações

da Odebrecht e já era alvo de outros dois antes disso. Seu infortúnio na delação da JBS é barra-pesada. Em conversa com Joesley, teria pedido 2 milhões de reais para pagar advogados. O empresário quis saber se Aécio receberia a verba pessoalmente, que neste caso ele mesmo entregaria. Aécio disse não. Quem seriam os emissários de parte a parte, então, perguntou Joesley? Resposta de Aécio: “Tem que ser um que a gente mate antes de fazer delação”. Coisa de mafioso.

Agrana seria para Aécio pagar defensores, mas a PF rastreou a trilha do dinheiro até Minas e descobriu que foi parar em uma empresa do filho do senador Zezé Perrella, do PMDB. Perrella é aliado mineiro de Aécio. Seu filho da empresa destinatária do dinheiro da JBS, Gustavo, é personagem de outra história policial. É dono de um helicóptero que, em 2013, foi apreendido com 450 quilos de cocaína. O advogado de Aécio, José Eduardo Alckmin, diz que o tucano tinha relações privadas com Joesley e, como tal, podia pedir dinheiro emprestado. Mais: acusou o empresário de forjar uma situação com o objetivo específico de incriminar seu cliente.

Temer com lama até o pescoço, Aécio idem. O juiz Sergio Moro deve estar arrependido daquela histórica foto em que aparece numa festa às gargalhadas com o tucano ao lado e o peemedebista à frente. •

Presidência da República, até porque ele ficará muito pouco tempo no cargo.

**CC:** Quem pode se candidatar nessa eleição indireta?

**PS:** Qualquer cidadão acima de 35 anos e filiado a um partido político, desde que indicado por essa legenda. É uma eleição como outra qualquer. A diferença é que os eleitores são os parlamentares, e não o conjunto da população brasileira.

**CC:** Os movimentos sociais e partidos de esquerda reivindicam a antecipação de

eleições diretas. É possível viabilizar essa saída política por meio de uma emenda à Constituição?

**PS:** Uma emenda desse tipo seria, na minha avaliação, inconstitucional, porque ela surge de um casuísmo. Tenta resolver um problema do momento, com os interesses de agora. Haveria ainda um desvio de poder legislativo. Além disso, acredito que esse movimento enfrentaria séria dificuldade para reunir o quórum necessário para aprovar essa PEC. Na minha avaliação, a solução

para as crises políticas devem ser encontradas dentro da Constituição, e não fora dela. Já sofremos um trauma enorme com o *impeachment* ilegal da presidenta Dilma Rousseff, o que interrompeu o ciclo democrático. Uma nova ruptura constitucional praticamente impele à convocação de uma Assembleia Constituinte. E, na atual conjuntura, o risco de recuo nos direitos assegurados pela Carta de 1988 é muito grande. É mais provável haver retrocessos do que avanços.

REPRODUÇÃO/FACEBOOK E DIEGO PADGURSCHI / FOLHAPRESS